

Novas revelações sobre os massacres de Sabra e Chatila

No outono de 2012, por ocasião do 30º aniversário dos massacres de Sabra e Sabra e Chatila, o pesquisador estadunidense Seth Anziska publicou um artigo no The New York Times no qual abordava como os dirigentes israelenses, como o sub-secretário de Estado Lawrence Eagleburger, “enganaram deliberadamente” seus interlocutores estadunidenses sobre os massacres que estavam produzindo nos acampamentos palestinos e dos quais tinham pleno conhecimento. O artigo também revelava a atitude timorata do governo de Reagan e de seu embaixador no Oriente Médio Morris Draper, em primeiro lugar.

Para isso, Anziska se baseou essencialmente em fontes diplomáticas estadunidenses. Agora volta à carga e aprofunda-se no tema. Em seu livro Preventing Palestine: A Political History From Camp David to Oslo, [Impedir a Palestina: uma história política desde Camp David até Oslo], um estudo da diplomacia estadunidenses no Oriente Médio durante o período que vai dos Acordos de Camp David (1977) até os Acordos de Oslo (1993)¹, dedica cerca de vinte páginas aos massacres de Sabra e Chatila. Esta vez, teve acesso a novas fontes, inclusive documentos classificados do trabalho da famosa Comissão Kahane que avaliou em Israel as responsabilidades de dirigentes nestes crimes².

Golpe de força de Israel

Anziska recorda que pouco antes dos massacres, Israel havia conseguido uma semi-vitória de facto com a expulsão (negociada) dos combatentes palestinos da OLP do Líbano para a Tunísia e outros países árabes. Mas uma vez evacuadas as forças palestinas, o presidente estadunidense Ronald Reagan pronunciou em 1 de setembro de 1982 o único discurso relevante que dedicou em seus dois mandatos ao conflito israelense-

palestino. Expôs nele seu “plano” para o futuro. Sem considerar [a criação de] um Estado palestino, apoio a evacuação israelense dos territórios ocupados da Cisjordânia e Gaza. Seu objetivo era “reconciliar os legítimos problemas de segurança de Israel com os direitos legítimos dos palestinos”. Portanto propunha a abertura de negociações durante o qual os Estados Unidos exigiria a Israel “congelar imediatamente toda colonização”. Finalmente, o presidente dos Estados Unidos especificava que “os palestinos devem desempenhar um papel preponderante na determinação de seu próprio futuro”.

O primeiro-ministro israelense, Menachem Begin, reagiu com ira. Num discurso dirigido a Reagan e depois de evocar direitos bíblicos dos judeus aos territórios palestinos, proclamou que a via aberta pelo presidente dos EUA conduzia inevitavelmente ao estabelecimento de um Estado palestino. Era inaceitável para Israel: “Imediatamente terá você uma base soviética no coração do Oriente Médio”. As relações entre Estados Unidos e Israel experimentaram então uma fase de tensão.

“É hora de assinar um acordo de paz”

Quando a Begin, numa reunião com Bashir Gemayel, dirigente das falanges cristãs recém eleito presidente do Líbano por um Parlamento reunido sob mando do governo de Israel, afirma sem rodeios que “dado que Israel lhe fez ganhar a presidência e livrou seu país dos combatentes da OLP, era o momento de assinar assinar um acordo de paz” com ele. Gemayel se surpreende pela “forma abrupta” e o menosprezo mostrado pelo seu interlocutor mas não terá tempo de pensar muito em sua proposta. Em 14 de setembro foi assassinado por uma bomba colocada em seu quartel general.

Na manhã seguinte, violando o cessar-fogo e a exigência estadunidenses, o exército israelense ocupa Beirute. Uma “medida de precaução”, diz Begin aos estadunidenses. No dia 16, os falangistas cristãos entram nos dois acampamentos

palestinos. São os israelenses que lhes permitem cruzar suas linhas. Pior ainda: lhes brindam apoio logístico (concretamente, iluminando os acampamentos à noite).

Do artigo escrito há seis anos se concluía que os israelenses haviam imposto com determinação seu ponto de vista aos estadunidenses e que não podiam obrigá-los a deter os massacres. Em 17, o enviado especial estadunidense no Líbano, Draper, e o embaixador em Tel Aviv, Sam Lewis, se reuniram com o ministro da Defesa Ariel Sharon, o chefe de gabinete Rafael Eitan e o chefe da inteligência militar Yehoshua Saguy. Draper exigiu a Israel que as Falanges se retirassem dos acampamentos. Saguy se negou. Quando Draper insistiu, o general israelense respondeu sorrindo: “E quem vai impedir que fiquem?”.³

Mais tarde, os israelenses elaboraram a lista dos acampamentos que era preciso “limpar os terroristas” afirmando falsamente que ainda restavam neles combatentes palestinos. Draper, preocupado observou: “Haverá quem diga que as FDI ficam em Beirute para permitir que os libaneses matem os palestinos nos acampamentos”. Ao que Sharon respondeu: “Então nós os mataremos. Não restará um. [...] Se vocês não querem que os libaneses os matem, mataremos nós. Como estava dizendo, vocês farão o quê?” Os israelenses conseguiram dos estadunidenses que os falangistas permanecessem nos acampamentos durante outras 48 horas a mais. O resultado é bem conhecido: entre 800 e 2000 pessoas assassinadas ou desaparecidas. Mulheres estupradas, meninos e anciãos assassinados a tiros, homens levados a destinos sem retorno.

“Um plano para acabar com os palestinos”

Em seu livro, Anziska se interessa mais pelas causas do massacre perpetrado pelas falanges cristãs, leais ao exército israelense. “Novas provas encontradas no informe da Comissão Kahane, extraídas dos anexos não publicados até o momento, descrevem uma imagem mais incriminatória de Sharon e uma

favorável disposição dos oficiais israelenses para ver a entrada das milícias falangistas”⁴ nos campos. “Israel e os líderes maronitas levavam tempo discutindo sobre “limpar a cidade de terroristas” como elemento-chave de uma agenda política para todo o Líbano. O mais importante é que esses planos não se limitaram unicamente à expulsão dos combatentes da OLP. De varios documentos se conclui claramente que este plano se referia aos refugiados palestinos em geral”. Esta é a única conclusão possível que se extrai da leitura dos documentos citados por Anziska: o que uniu os israelenses e os falangistas nesta invasão israelense não foi unicamente debilitar a OLP mas também promover “um plano contra os palestinos em geral, como o disse o general Saguy em conversa com Bashir Gemayel no rancho privado de Ariel Sharon em 31 de julho”.

Como “se ocupar com os palestinos”? Os documentos citados pelo pesquisador mostram que os israelenses eram plenamente conscientes de que a intenção dos falangistas era expulsar os palestinos do Líbano mediante o terror. Para levar a cabo este “plano”, Gemayel disse a Diretor da Mossad, Nahum Admoni, em 14 de junho de 1982, uma semana depois do início da invasão israelense, que “é possível que dependendo do contexto necessitemos vários Deir Yassin”⁵. Esta frase é dita três meses antes dos massacres. Bashir, diz Admoni, estava obcecado com “o desafio demográfico. [...] E quando se referia à mudança demográfica o fazia sempre em termos de assassinatos e eliminações”.

A questão é mencionada de novo sem ambiguidade desde o início de julho. Durante uma reunião na sede das milícias em Beirute, Gemayel pergunta os israelense “se teriam alguma objeção caso ele [Gemayel] levasse escavadoras aos acampamentos palestinos do sul para forçar sua saída”. Sharon, que estava presente, responde: “Isso não é assunto nosso”. “As discussões abertas para expulsar os palestinos utilizando a violência continuaram justamente até antes do massacre”, assinala Anizka. Dois dias

antes de seu assassinato, Gemayel disse a Sharon que “é preciso criar as condições para que os palestinos abandonem o Líbano”.

Incitar a população a fugir

Segundo o testemunho ante a Comissão Kahan do coronel israelense Elkana Harnof, oficial de inteligência de alto escalão, os falangistas disseram que “Sabra se converteria num zoológico e Chatila num estacionamento”. Em resumo, Sharon e os seus, escreve Anziska, não podiam não ter entendido que a entrada das forças de Gemayel nos acampamentos de refugiados daria lugar a uma “violência indiscriminada que impulsione o êxodo de civis palestinos dos campos e a destruição de suas casas”. Um membro da equipe de investigação da Comissão Kahan escutou o testemunho do pai de um dos falangistas que disse que antes da operação os milicianos cristãos haviam sido informados por seu líder, Elie Hubeika. Ali, “os homens entenderam que sua missão era liquidar os jovens palestinos para incitar a população a fugir massivamente dos acampamentos”. Assim, diz seu líder, verão realizado “o ato final da visão que tinha Bashir da guerra em Beirute ocidental”.

Os elementos contidos neste trabalho mostram sem nenhum gênero de dúvida que o aparato de segurança israelense em seu conjunto foi plenamente consciente das intenções de seu aliado e colaborador libanês, as falanges cristãs. Mas para Anziska, os massacres de Sabra e Chatila se inscrevem num contexto mais amplo: o da política de Israel sobre a questão nacional palestina em seu conjunto.

Por ocasião da publicação de seu livro, o pesquisador nos concedeu uma entrevista.

Entrevista com Seth Anziska

Impedir a criação de um Estado palestino a qualquer preço

Orient XXI. – Durante o período que estuda em seu livro se entende que o objetivo prioritário e constante de todos os governos israelenses foi e é impedir a criação de um Estado palestino.

Seth Anzizka – Absolutamente. Até a década de 1970, a ideia de soberania ou autodeterminação palestina estava totalmente ausente do pensamento político israelense. Isso muda quando o presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, fala sobre uma “pátria” para os palestinos. Os acordos de Camp David entre Egito e Israel em 1977 evocam uma futura “autonomia”, não um Estado. Mas desde então, os israelenses estão fazendo tudo o possível para contrariar a possibilidade de autodeterminação palestina. Inclusive Itzjak Rabin, contrariamente à imagem construída após sua morte, opunha-se ferozmente à criação de um Estado palestino, mesmo depois de Oslo. Seu último discurso ante a Knesset foi muito claro: não queria um verdadeiro Estado palestino. Shimon Peres foi ainda mais hostil. Para eles, não se podia ir mais além de uma vaga autonomia sob controle israelense. O mesmo ocorre hoje em dia com Benyamin Netanyahu.

Quais são os elementos mais inovadores de sua pesquisa?

Pude lidar com arquivos classificados e outros recentemente publicados. Me surpreendeu constatar a inflexibilidade israelense: não ceder nunca e preservar o controle do território habitado pelos palestinos. Isso explica por qual motivo se mantém com todos os governos a construção dos assentamentos. O presidente Jimmy Carter, por exemplo, entendeu logo o que estavam fazendo os israelenses. Mas estava no final de seu mandato e era muito frágil. Depois dele, Ronald Reagan lhes será mais favorável. Carter considera que os assentamentos são “ilegais”, segundo o estipulado pelo

direito internacional. Com Reagan, convertem-se num “obstáculo para a paz”. Para os israelenses, isso constitui uma grande conquista: já não são ilegais aos olhos de Washington. .

O que há de novidade na informação que aporta?

Os arquivos da Comissão Kahan mostram claros sinais de coordenação entre os israelenses e os falangistas antes de entrar nos acampamentos, ainda que se fale sempre de “se livrar de terroristas”; daí que a Comissão tenha exonerado parcialmente de responsabilidade os dirigentes militares israelenses. O problema é que a Comissão Kahan investigou a responsabilidade direta de Israel nos assassinatos e não a lógica que conduziu a esses atos. No entanto, muito antes de Sabra e Chatila, os israelenses e os falangistas não só haviam falado entre eles de “liquidar os terroristas” mas também do futuro da população. Referiam-se inequivocamente a que um massacre forçaria os palestinos a fugir do Líbano.

Os generais israelenses e a Mossad parecem estar claramente informados das intenções dos falangistas. Mas e o governo israelense?

De sua discussão com o Enviado Especial dos Estados Unidos Draper, se sub-entende de forma evidente que o Ministro de Relações Exteriores, Ytzhak Shamir, é muito consciente do que está ocorrendo nos acampamentos palestinos durante os massacres. Mas o que estes arquivos revelam sobretudo não é a existência de elementos que poderiam incriminar a este ou àquele mando com capacidade de decisão. Trata-se de um contexto geral e um acúmulo de signos concordantes que explicam por que os israelenses sabiam o que iria ocorrer e permitiram que as falanges cometessem essa carnificina.

Original: [Orient XXI](#)

Notas:

¹ Camp David é o nome do acordo de paz entre Israel e Egito. Oslo é o acordo de reconhecimento entre o Estado de Israel e a OLP.

² As recomendações da Comissão Kahan, israelense, deram lugar a uma simples “reprovação” do Primeiro-Ministro Menachem Begin e do Ministro de Relações Exteriores, Yitzhak Shamir. Ao ministro de Defesa, Ariel Sharon, o principal acusado, foi pedido que renunciasse e que fosse expulso de toda a atividade de segurança. O informe recomendou a demissão do Chefe de Inteligência Militar e da Mossad. O chefe de pessoal, a ponto de se aposentar, se salvou.

³ As citações deste parágrafo são do artigo de Sylvain Cypel “The Avoidable Massacre”, Le Monde, 17 de septiembre de 2012, baseado em fontes proporcionadas por Anziska.

⁴ Idem.

⁵ Referência ao massacre mais conhecido pelas forças judias, em 9 de abril de 1948, cinco semanas antes da criação de Israel, com o objetivo de provocar pânico entre a população palestina para poder expulsá-la mais facilmente.